



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO N 60/2024

**Proposio** : Projeto de Lei n 54/2024  
**Autoria** : Executivo  
**Assunto** : *Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaborao da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2025 e dá outras providências.*

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

**APROVA:**

### CAPÍTULO I DISPOSIOES PRELIMINARES

**Art. 1** Ficam estabelecidas as diretrizes para o Orçamento do Município, no exercício de 2024, compreendendo:

- I – As orientaoes sobre a elaborao e execuo;
- II – As prioridades e metas da Administrao Pública Municipal;
- III – As alteraoes na legislao tributária do município;
- IV – As disposioes relativas às despesas com pessoal;
- V – Outras determinaoes de gestão financeira.

**Art. 2** As metas e prioridades da Administrao Municipal para o exercício de 2025 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais tero precedência na alocao de recursos na Lei Orçamentária Anual, não se constituindo em limite  programo da despesa.

**Pargrafonico** – As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-o modificadas por leis posteriores, inclusive a Lei Orçamentária Anual, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**Art. 3** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2025 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

I – Despesas Obrigatórias;
II – Prioridades e Indicadores por Programas;
III – Metas Anuais;
V – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores;
VI – Evoluo do Patrimnio Líquido;
X – Estimativa e Compenso da Renúncia de Receita;
XI – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

## CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

### Das Diretrizes Específicas

**Art. 4** A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2025 obedecerá às seguintes disposições:

I – Cada programa identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas;

II – Na estimativa da receita considerar-se- a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III – Os projetos em fase de execução tero prioridades sobre os novos projetos;

IV – Os recursos legalmente vinculados às finalidades específicas deverão ser utilizados exclusivamente para atendimento do objetivo de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 5** As unidades orçamentárias (atráves de suas secretarias) da Administração Direta encaminharão  Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal suas propostas orçamentárias parciais até o dia 30 de junho de 2025.

**Art. 6** A Câmara Municipal encaminhará  Prefeitura Municipal sua proposta orçamentária até o dia 31 de agosto de 2025.

 1 – O Executivo encaminhará  Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias antes do prazo fixado no “*caput*”, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2024 e 2025, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Complementar Federal n 101/2000.

 2 – Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contados da solicitação daquele Poder.

**Art. 7** A Lei Orçamentária conter Reserva de Contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e caso estes não se concretizem esta reserva ficará destinada para eventuais suplementações.

 nico – O valor da Reserva de Contingência terá seu limite máximo de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

3

**Art. 8** Até o limite de 25% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

**Art. 9** Até o limite de 25% da despesa inicialmente fixada fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de créditos adicionais suplementares.

 1 - Esta autorização poderá também constar da Lei Orçamentária.

**Art. 10** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional (Especial), no exercício de 2024, conforme o entendimento da Lei 4.320/64, Art. 43.

1 Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiz-las.

**Art. 11** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, através dos Termos de Colaboração e Termo de Fomento, desde que observadas às seguintes exigências e condições estabelecidas na Lei Federal n 13.019 de 31 de julho de 2014.

**Art. 12** Visando  realização e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem serviços  população, em conformidade com o estabelecido em Lei.

**Art. 13** Ficam proibidas as seguintes despesas:

I – Novas obras, desde que bancadas pela paralisação das antigas;

II – Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor públicos da ativa;



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

- III – Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;
- IV – Pagamento de anuidade de servidores e conselhos profissionais com OAB, CREA, CRC, entre outros;
- V – Distribuição de agendas, chaveiros, buque de flores, cartoes e cestas de natal entre outros brindes.

**Art. 14** A Lei Oramentria não consignar recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimnio público.

4

## Da Execução do Oramento

**Art. 15** Até trinta dias após publicação da Lei Oramentria Anual o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

 1 - As receitas, conforme as previsoes respectivas serão programadas em metas de arrecadaoes bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais;

 2 - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo, poderão ser modificados conforme os resultados da execução oramentria.

**Art. 16** Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será determinada a limitação de empenhos e da movimento financeira.

 1 - A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional  participação dos poderes Legislativo e Executivo no total das dotaoes oramentrias constantes da Lei Oramentria de 2025 e de seus créditos adicionais.

 2 - A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades oramentrias.

 3 - A limitação de empenho e da movimento financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

 4 - Excluem-se da limitação de que trata este artigo, as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução, bem como as contrapartidas requeridas em convenio com a União e o Estado.

**Art. 17** Os atos relativos  concessão ou ampliação de incentivos ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposioes da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto oramentrio-financeiro a que se refere o seu artigo 14.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

§ **nico**: Excluem-se da referida obrigao os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento  vista do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da Receita.

## CAPÍTULO III DAS ALTERAOES NA LEGISLAO TRIBUTÁRIA.

**Art. 18** O Poder Executivo poderá encaminhar a Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alteraoes na legislao tributária, especialmente sobre:

I – Revisão e atualizao do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distoroes.

II – Revisão das taxas, tarifas e preços objetivando sua adequao aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;

III – Atualizao da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorizao do mercado imobiliário;

IV – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalizao, cobrança, execuo fiscal e arrecadao de tributos.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIOES RELATIVAS A PESSOAL E ENCARGOS.

**Art. 19** O Poder Executivo poderá encaminhar  Câmara Municipal projetos de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e srio, incluindo:

I – A concessão, absoro de vantagens e aumento de remunerao de servidores.

II – A criao e a extino de empregos públicos, bem como a criao e alterao de estrutura de carreira.

III – O provimento de empregos e contrataoes de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislao vigente.

IV – Revisão do sistema de pessoal, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público.

§ **nico** – As alteraoes autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotao orçamentária suficiente para atender as projeoes de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 20.** O total da despesa de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês em referência, somado com as dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao fim de cada quadrimestre, não



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ **nico** – Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – Relativa a incentivos  demissão voluntária;

III – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o “caput” deste artigo;

IV – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico.

V – Decorrentes da revisão geral anual de que trata o artigo 37, X da Constituio Federal.

6

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIOES GERAIS

**Art. 21** Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o Art. 14 desta lei, respeitado o limite máximo estabelecido no artigo 29-A da Constituio Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional 25/2000.

§ 1o - No caso da não elaboração do cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados  razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotaoes orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituio Federal.

**Art. 22** Os projetos de lei, relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ **nico**: - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados  Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar da data do recebimento do pedido.

**Art. 23** O sistema de controle interno do Poder Executivo será responsável por acompanhar, controlar, avaliar e emitir relatórios sobre os programas de governo, a fim de auxiliar o Chefe do Poder Executivo no cumprimento do seu dever com a legislao vigente.

**Art. 24** Caso o projeto de Lei Orçamentária não seja devolvido para sano até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no artigo 35, § 2o, inciso II, do Ato das Disposioes



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Constitucionais Transitórias da Constituio Federal, a sua programo poderá ser executada na proporo de 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada.

**Art. 25** As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2024 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovao dos limites constitucionais de aplicao de recursos nas áreas da educao e da saúde.

**Parágrafo nico** – Decorrido o prazo de que trata o caput e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manuteno dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado  existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

**Art. 26** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicao.

Câmara Municipal de Guar/SP, 02/07/2024.

**Flávio Roberto Chaude**  
Presidente

**Eduardo de Assis Matos**  
1 Secretário

**Roberto Dias**  
2 Secretário